Quinta-Feira, 26 de Novembro de 2026

Flávio Bolsonaro indica R$ 79 milhões em emendas para 2027 do exterior

Senador apresenta 14 emendas parlamentares para orçamento de 2027, priorizando saúde e segurança pública

De localização externa ao país, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou ao Congresso Nacional indicação de R$ 79,3 milhões em emendas parlamentares destinadas ao orçamento federal de 2027.

O procedimento administrativo registra a apresentação de 14 emendas individuais pelo parlamentar fluminense, com direcionamento para iniciativas na área de saúde pública, reforço de segurança e investimentos nas Forças Armadas.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), responsável pela relatoria do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) para 2027, deverá apresentar análise preliminar dos montantes de emendas na manhã da quarta-feira (26).

Leia Mais

- 

Orçamento de 2027 será ajustado para incluir R$ 40,1 bi em novas despesas

- 

"Pacote de bondades" exige ajuste no orçamento de 2027, diz especialista

- 

Orçamento de 2027 será ajustado para incluir R$ 27,7 bi em novas despesas

Predominantemente, as emendas indicadas concentram-se em benefício do Rio de Janeiro, estado representado pelo senador. O parlamentar utilizou integralmente sua cota máxima de emendas permitidas para o exercício orçamentário seguinte.

Entre as destinações estão fortalecimento operacional das Forças Armadas, programas especializados em tratamento oncológico e formulação de políticas para aprimoramento na área de segurança pública.

Além da necessidade de validação pelo Congresso Nacional, a concretização dos repasses financeiros pode enfrentar obstáculos judiciais caso o Supremo Tribunal Federal seja acionado sobre a questão.

No período final do ano anterior, o ministro Dino determinou a paralisação de emendas parlamentares indicadas pelos então deputados Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem, igualmente ausentes do território nacional.

Conforme fundamentação do magistrado: "A participação parlamentar na definição da alocação de recursos públicos federais requer disponibilidade institucional e responsabilização democrática perante os eleitores".

O ministro ressaltou também questões procedimentais impeditivas à operacionalização de emendas originadas por congressistas domiciliados permanentemente em outro Estado.